

MUTIRÃO DPVAT

Crateús / 2ª Vara da Com DATA: 26 / 08 / 19



HORÁRIO: 08 HRS: 00 MIN

0001781-38.2019.

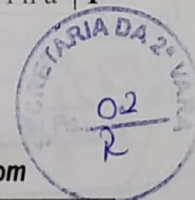
Classe : Procedimento Comum
Assunto principal : Seguro
Competência : Cível Interior
Valor da ação : R\$ 1.687,50
Volume : 1
Requerente : Manoel Araujo Veras
Advogada : Antonia Derany Mourão dos Santos (OAB:
34613/CE)
Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS
DE SEGURO DPVAT
Distribuição : Sorteio - 07/03/2019 08:43:14

2
Vara



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com



**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA __ VARA
DA COMARCA DE CRATEÚS/CEARÁ**

AÇÃO DE COBRANÇA (SEGURO DPVAT)

MANOEL ARAUJO VERAS, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG nº. **2197082-91** emitido por SSP/CE, inscrito no CPF sob o nº. **513.398.033-72**, residente e domiciliado no Povoado Boa Vista, Distrito de Irapua, Zona Rural, município de Crateús/CE, CEP nº 63.660-000, **sem endereço eletrônico**, vem à presença de V. Excelência, por sua advogada, com escritório profissional situado na Rua Dr. João Tomé, nº. 998-A, Centro, Crateús/CE – CEP: 63.702.885 – Celular/WhatsApp: (88) 99619-6396, **e-mail: deranysantos@hotmail.com**, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA (SEGURO DPVAT)** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** (CNPJ nº. 09.248.608/0001-04), e sede na Rua Senador Dantas, 74 -5º. Andar, centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205), pois a mesma é a representante de TODAS seguradoras consorciadas do seguro DPVAT em todo o território nacional (art. 1º da Portaria SUSEP nº 2.797/2007 e art. 41 da Resolução CNSP nº 332/2015), bem como, é a instituição conveniada com o TJCE para receber citação/intimação eletrônica, com base na lei nº 6194/74, alterada pelas Leis nº. 11.482/2007 e 11.945/2009 e demais dispositivos legais que rege a espécie, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Preliminarmente, requer os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA por ser pobre na forma da lei, não podendo, portanto, arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo dos próprios sustentos e de sua família, tudo com base no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal/88, bem como nos ditames estabelecidos pela Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, o que pode ser feito mediante simples afirmação na própria petição inicial (art. 4º, caput).

DISTRIBUIÇÃO
COMARCA DE CRATEÚS - CE
Recebido hoje, às 12:30 hs
no livro 14 sob nº 3937
Fis.: 22
Crateús 01/03/19
Java
Recebedor

SECRETARIA DA 2ª VARA
CRATEÚS

Recebido hoje, às 10:05 hs, e
protocolizado 1.20 sob o nº 4016
46 143
Crateús 07/03/19
M. G. G. G.
2ª VARA



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com



DOS FATOS E DO DIREITO

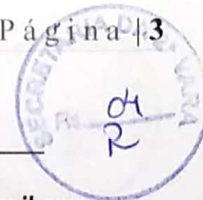
O(a) requerente no dia **21 de Outubro de 2017, por volta das 20h30min**, sofreu um acidente de trânsito, quando estava sendo conduzido na garupa da **MOTOCICLETA modelo/modelo HONDA/NXR 160cc BROS, cor VERMELHA, placa PMQ 5382-CE, licenciada em nome de MANOEL ARAUJO VERAS**, tendo como condutora a Sra. LINDOMAR GOMES RODRIGUES VERAS, e em determinado trecho do percurso a condutora perdeu o controle da motocicleta e veio a cair sobre o solo juntamente com o autor, após o ocorrido o requerente recebeu atendimento médico no Hospital Lucas São Lucas da cidade de Crateús/Ce, conforme faz prova com o Boletim de Ocorrência Policial e a documentação médica, em anexo.

Após o fatídico acontecimento o(a) requerente de posse de toda a documentação exigida por lei requereu junto uma das seguradoras integrantes do consorcio DPVAT pedido de indenização (**processo administrativo que tramitou sob o nº. 3180/400810**), sendo que após, decorridos alguns dias o(a) requerente foi surpreendido ao tomar conhecimento que seu pedido havia sido negado com alegativa de que o(a) autor(a) não era portador(a) de sequelas em decorrência do acidente (**conforme carta em anexo**). Ocorre Excelência, que o(a) requerente é portador(a) de sequelas permanentes em decorrência do acidente, conforme relatório médico em anexo.

No presente caso, o(a) requerente ficou com debilidade permanente em **JOELHO ESQUERDO em grau MÉDIO, conforme relatório médico em anexo**, ou seja, de acordo com a invalidez sofrida pelo(a) autor(a) o mesmo tem direito em receber indenização no valor de **R\$ 1.687,50 (hum mil seiscientos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

A tabela do DPVAT advinda com a Lei nº. 11.945/2009 estabelece que em casos como o do(a) autor(a) o valor da indenização é **12,50%** do valor Máximo previsto na referida Lei, de acordo com a tabela abaixo:

DANOS CORPORAIS PREVISTOS NA LEI	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior						
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral						



End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - **Celular/WhatsApp:** (88) 99619 – 6396 – **E-mail:** deranysantos@hotmail.com

Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica						
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital						
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho						
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo						
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral						
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé						
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço						

O STJ publicou a súmula 474 em 13.06.2012, a qual determina que em caso de invalidez permanente parcial, a indenização do seguro DPVAT deve ser paga de forma proporcional ao grau de invalidez da vítima.

Portanto, não tendo o(a) requerente **recebido nenhuma indenização**, este(a) **tem direito a receber quantia de acordo com sua lesão/invalidez permanente, ou seja, 12,50%** do valor máximo previsto para o seguro obrigatório DPVAT, o que corresponde a **R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, nos termos da Lei nº. 6.194/74, alterada pelas Leis nº. 11.482/2007 e 11.495/2009.



End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com

DA LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADO RÉ

A responsabilidade pelo pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT pago parcialmente, por invalidez de vítima causada por veículo automotor de via terrestre, é da seguradora que efetuou pagamento parcial, ou de qualquer uma que pertença ao Consórcio, existindo, inclusive enunciados nesse sentido:

“Enunciado 26: O Beneficiário do seguro Obrigatório (DPVAT) pode postular de qualquer seguradora integrante do convênio (resolução SUSEP-CNSP n.º 56/2001) o complemento de indenização paga a menor, ainda que o pagamento anterior tenha sido efetuada por seguradora diversa–Turma Recursal–TJPR”.

No mesmo sentido o STJ: “SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Procedente. Recuso conhecido e provido. (REsp. 401.418/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR< QUARTA TURMA< julgado em 23.04.2002.. DJ 10.06.2002. p. 220).”

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, **tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.**

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

“**Art. 22** - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e **aos de sucumbência.**”

Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexo com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.



End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com

O art. 20 do CPC, assim verbis:

Art.20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios (...)

§1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido. (Alterado pela L-005.925-1973)

(...)

§3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

§ 4º-“Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante **apreciação equitativa do juiz,** atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g.n.)

a) O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL;

Por ter laborado em nome da dignidade da pessoa humana, por rebater a avareza da Seguradora Requerida, de todas as formas em direito admitidas, com muito zelo, modestamente requer-se que a Requerida seja condenado no pagamento de honorários advocatícios.

Contudo, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, entre 10% a 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo permitido em lei, ou seja, o máximo permitido em lei é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, aplicando assim, o parágrafo 3º do art. 20, que assim prevê:

§3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo permitido em lei, o que torna pequeno o valor, requer a aplicação do parágrafo 4º do art. 20, que assim prescreve:



End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com

§ 4º–“Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante **apreciação equitativa do juiz**, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g.n.)

Esse dispositivo existe no Código de Processo civil, para evitar que honorários os honorários sejam irrisórios, aviltantes, e até desrespeitoso. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à aplicação do artigo 20, § 4º, do CPC aos casos como o dos autos, senão vejamos:

“Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa” (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrighi, j. em 20-3-2001).

“O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório éaviltantee atenta contra o exercício profissional.” (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 – grifou-se.)

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

PEDIDOS

Diante do exposto, sendo pacífica a legitimidade passiva e a existência do direito do (a) Autor (a), bem como preenchidos todos os pressupostos necessários, requerer a Vossa Excelência o que segue:

A) A citação da ré no endereço supramencionado para, querendo, responder à presente pretensão jurisdicional no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, constando do mandado as advertências do artigo 285 do CPC;

B) Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, condenando a Seguradora ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT ao requerente, no percentual efetivamente devido de acordo com a lesão apurada em perícia médica, valor este que deve ser acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso;



End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - **Celular/WhatsApp:** (88) 99619 – 6396 – **E-mail:** deranysantos@hotmail.com

C) Que não tem interesse na realização de audiência de conciliação prévia com base no art. 319, inciso VII do novo Código de Processo Civil, uma vez que, a seguradora só realiza acordo após realização de perícia médica;

D) Que após ouvir as partes, sejam, os autos remetidos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania a fim de participar de mutirão DPVAT, se assim entender, pois já consta nos autos laudo médico atestado a invalidez da parte autora;

E) Que seja designada a realização de perícia médica por profissional a ser indicado pelo MM. Juiz, para aferição do grau da lesão do autor e aplicação da tabela da Lei 11.945/09, facultando às partes nomearem assistentes nos termos da lei, pois, as perícias médicas dessa natureza estão suspensas pela PEFOCE;

F) Que eventual perícia a ser realizada pela PEFOCE seja preferencialmente o de abrangência do município onde o(a) autor(a) reside;

G) A concessão dos benefícios da GRATUIDADE JUDICIÁRIA, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter o autor condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família;

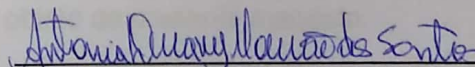
H) A intimação do Ministério Público para participar do feito, se for o caso;

I) Condenação da Requerida ao pagamento das custas processuais, bem como honorários advocatícios, estes arbitrados em até 20% do valor da condenação, **respeitando os ditames estabelecidos pelo art. 85 § 2º e 8º do CPC.**

Dá-se à causa o valor de **R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).**

Nestes Termos,
Pede DEFERIMENTO.

Fortaleza/CE, 27 de Fevereiro de 2019.


ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS
ADVOGADA OAB/CE 34.613



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA



Página | 1

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 – Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

Nome: <i>Manoel Araújo Veras</i>	Nacionalidade: BRASILEIRA		
Estado Civil: <i>Solteiro</i>	Profissão: <i>Agricultor</i>	Carteira de Identidade: <i>2197082-91 SSP-ce</i>	
CPF nº: <i>513.398.033-72</i>	Residência: <i>Pousado Boa Vista,</i>		
Bairro: <i>Zona Rural</i>	Cidade: <i>Crateús</i>	Estado/UF: <i>Ceará</i>	CEP: <i>63.700-000</i>

OUTORGADO: ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/CE sob o nº 34.613; com endereço profissional na Rua Dr. João Tomé, nº. 998-A, Centro, município de Crateús/CE, CEP nº 63.702-885; Celular/WhatsApp: (88) 99619-6396.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante nomeia e constitui, o outorgado, seu bastante procurador, conferindo-lhe os poderes da cláusula "ad judicium et extra", podendo agir em conjunto ou separadamente perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como conferindo os poderes especiais para promover a Ação Judicial competente para o recebimento da indenização que lhe cabe, como beneficiário, em virtude de acidente de trânsito, cobertos pelo seguro DPVAT, junto a qualquer companhia de seguro conveniada a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, participante do Convenio DPVAT, podendo firmar compromissos, contratos, promover ações de seu interesse, podendo representar em qualquer juízo com poderes para promover; acordos judiciais e extrajudiciais e demais atos necessários dos interesses dos serviços contratados podendo ainda, transigir, requerer, juntar e retirar documentos, assinar livros, termos, recibos, dar ou receber quitações, firmar autorizações de pagamentos ou créditos de indenização de sinistro receber intimações para audiência e perícias médicas, em nome do(a) outorgante, substabelecer com ou sem reservas, enfim todos os poderes necessários para o cumprimento amplo do objeto do presente mandato.

Crateús – CE., *20* de *Fevereiro* de *2019*.

Manoel Araújo Veras
(outorgante)

2197082-91
MANOEL ARAÚJO VEDAS.
Francisco Priscuar Vedes
Rosa Maria de Araújo.
Crateus-CF
Cert. Nascimento
20-01-1.974
DATA DE NASCIMENTO

[illegible]

A black and white photograph of a Brazilian identification card (RG) for Manoel Agostinho Vargas. The card is rectangular with a decorative border. On the left side, there is a small circular emblem with the number '1' inside. Below it, the text 'REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL' is printed. To the right of this, the text 'ESTADO DO CEARÁ', 'SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA', and 'INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO' are printed. In the center, there is a rectangular portrait of a man with short, dark hair, wearing a dark shirt. Below the portrait, there is a large, dark, textured fingerprint. To the right of the fingerprint, the text 'FOTOGRAFADO' is printed. On the far right side, the name 'Manoel Agostinho Vargas' is handwritten in a cursive script. At the bottom right, there is a small rectangular area with the text 'ASSINADO' and a line for a signature. The card is set against a light background.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO

513356023 72

MANOEL ARAÚJO VERAS

20-0174

MANOEL ARAÚJO VERAS

20-0174



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.813
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 – Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Declarante: <u>Manoel Araújo Vêras</u>		Nacionalidade: Brasileira
Residência: <u>poceado Boa Vista</u>		Profissão: <u>Agricultor</u>
CPF nº: <u>513.398.033-72</u>	RG nº: <u>2197082-91 SSP/CE</u>	Estado Civil: <u>solteiro</u>
Bairro: <u>Zona Rural</u>	Cidade: <u>Crateús</u>	Estado/UF: <u>Ceará</u>
CEP: <u>63.700-000</u>	Telefone:	

DECLARO para os devidos fins que possuo hipossuficiência financeira, não possuindo condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejudicar o meu sustento próprio e o de minha família, consoante o que dispõe a Lei nº 1.050/60.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Crateús - Ce., 20 de fevereiro de 2019.

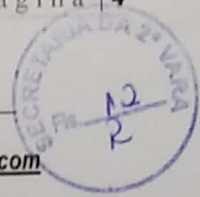
Manoel Araújo Vêras

Declarante



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 – Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com



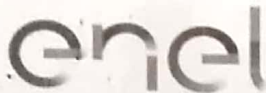
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Declarante: <u>Manoel Anays Vexas</u>		Nacionalidade: Brasileira
Residência: <u>Povoado Boa Vista</u>		Profissão: <u>Agricultor</u>
CPF nº: <u>513.398.033-72</u>	RG nº: <u>2197082-91 SSP-CE</u>	Estado Civil: <u>Solteiro</u>
Bairro: <u>Zona Rural</u>	Cidade: <u>Crateús</u>	Estado/UF: <u>Ceará</u>
CEP: <u>63.700-000</u>	Telefone:	

DECLARO que resido no endereço acima citado e forneço os dados pessoais, documentos e demais declarações para a propositura de Ação Judicial em desfavor de qualquer seguradora conveniada DPVAT- FENASEG, E QUE FUI VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Sendo de minha total responsabilidade a declaração de invalidez ou óbito fornecida.

Crateús - Ce., 20 de Febrero de 2019.

MANOEL ANAYS VEXAS
(declarante)

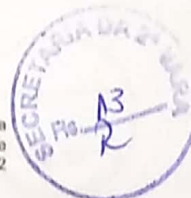


Nota Fiscal - Conta de Energia Elétrica Grupo B | Série B-4 | N° 524038309

Companhia Energética do Ceará

Rua Padre Valdevino, 150 | CEP 60135 040 | Fortaleza CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 | CGF 06.105.848-3

A Tarifa Social de Energia Elétrica
foi criada pela Lei nº 10.438 de
26 de abril de 2002



Esta é a segunda via de
MAI/2018

Utilize o n° abaixo sempre
que entrar em contato conosco

N° DO CLIENTE
5253307 DV **7**

VENCIMENTO
25/06/2018

TOTAL A PAGAR (R\$)
54,31

DADOS DO CLIENTE

Rota 25 038002 02 0191000 Medidor Poste
Nome LINDOMAR GOMES RODRIGUES VERAS 23535611 0000 0
Endereço Postal

End. da Unidade PV BOA VISTA 00000 CS MONTE ALEGRE IRAPUA CRATEUS
Consumidora 63700000

RG / CPF / CNPJ 948.377.833-68 CGF

Classe 04-RURAL, MONOFASICA, BAIXA RENDA Fator de Potência 0

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leitura Atual Leitura Anterior Constante Consumo (kWh) Consumo Incl. Consumo Faturado

FP 11837 11684 1 153 0 153

DESCRIÇÃO DA CONTA

ENERGIA
Consumo faixa 0-30 Kwh 153 0,35499 54,31

DATAS DE LEITURA

Data de Emissão/
Apresentação 07/05/2018
Prev. Próxima
Leitura 07/06/2018

AREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

FCEF.63D2.5D06.EE8E.7B1E.CE40.326E.3823

ICMS

Base de Cálculo (R\$) Aliquota Valor do Imposto
ISENTO

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

ENERGIA 28,46
TRANSMISSÃO 3,04
DISTRIBUIÇÃO 16,22
ENCARGOS SETORIAIS 4,35
TRIBUTOS (ICMS, PIS/COFINS) 2,24

OUTROS PAGAMENTOS

ADICIONAL BANDEIRA AMARELA MES (R\$ 0,35)

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.
Emitido kg (CO₂) Compensado kg (CO₂) Consciência Ecológica(%CO₂)

0 100

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta. CM: 33,24

Conjunto CRATEUS

Mês MAR/ 2018

	Padrão Individual			Apuração Individual		
	Mensal	Trim.	Anual	Mensal	Trim.	Anual
DIC (h)	10,87	21,74	43,49	0,00	2,80	0,00
FIC (un)	7,52	15,04	30,09	0,00	1,00	0,00
DMIC (h)	5,88			0,00		

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)



autenticação mecânica cliente

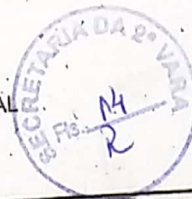
N° do Cliente: 5253307-7 N° da Nota Fiscal: 524038309 Total a Pagar (R\$): 54,31
Data de Emissão: 25/05/2018 Referência: MAI/2018 N° de Controle: 0005253307 00065 4367 2 20

8388000000-3 54310031000-7 00052533070-4 00654367244-0





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE CRATEUS



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 445 - 51087/2017

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
Data / Hora da Comunicação: **20/12/2017 10:21:07**
Data / Hora da Ocorrência: **21/10/2017 20:30:00**
Endereço da Ocorrência: **ESTRADA ASSENTAMENTO DOM FRAGOSO**
Complemento:
Bairro:
Município: **CRATEUS/CE**
Ponto de Referência:

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **LINDOMAR GOMES RODRIGUES VERAS**
Nascimento: CPF: UF:
RG: Orgão Emissor:
Filiação: **TEREZINHA GOEMS RODRIGUES**
PEDRO EUGENIO RODRIGUES
Endereço: **SITIO BOA VISTA (MONTE ALEGRE)**
Bairro: **ZONA RURAL** CEP:
Município: **CRATEUS/CE** Telefone:
País: **BRASIL**

Dados do(s) Veículo(s)

1) Placa: **PMQ5382** Uf: **CE** Município: **CRATEUS** Chassi:
9C2KD1000GR025378 Renavam: **1081459104** Tipo do Veículo:
MOTOCICLETA Marca / Modelo: **HONDA/NXR 160 BROS** Ano
Fabricação: **2016** Ano Modelo: **2016** Combustível: **GASOLINA** Cor:
VERMELHA Proprietário: **MANOEL ARAUJO VERAS** Situação: **NÃO**
INFORMADO Envolvimento: **ABALROAMENTO**

Histórico

A DECLARANTE AFIRMA QUE VINHA CONDUZINDO A MOTOCICLETA ACIMA ESPECIFICADA E QUE TRAZIA CONSIGO O SEU ESPOSO, MANUEL ARAÚJO VERAS, RESIDENTE NA LOCALIDADE DE ASSENTAMENTO LIBERDADE (BOA VISTA); QUE AO CHEGAR EM UMA ESTRADA DE TERRA, NO ASSENTAMENTO DOM FRAGOSO, UM MOTOCICLISTA VINHA EM SUA FRENTE E SINALIZOU QUE IRIA FAZER UM RETORNO À ESQUERDA, PORÉM NÃO O FEZ, OCASIÃO EM QUE A DECLARANTE VEIO A COLIDIR COM TRASEIRA DA OUTRA MOTOCICLETA; QUE VEIO AO SOLO, JUNTAMENTE COM SEU ESPOSO; QUE NO MOMENTO DO ACIDENTE VINHA EM UMA VELOCIDADE CONSTANTE DE 50 KM/H; QUE SOFREU ESCORIAÇÕES NO JOELHO E PÉ ESQUERDOS E SEU ESPOSO SOFREU ESCORIAÇÕES NO BRAÇO E NO PÉ ESQUERDOS; QUE POPULARES SOCORRERAM O CASAL AO HOSPITAL; QUE A PESSOA DE ISRAEL GOMES VERAS, ERA O MOTOCICLISTA QUE ESTAVA A SUA FRENTE E QUE VEIO A TER A TRASEIRA DE SUA MOTOCICLETA ATINGIDA PELA DECLARANTE, SENDO, POIS, TESTEMUNHA DOS FATOS ACIMA NARRADOS

Kayro Chrysostomo Cavalcanti
Escrivão de Polícia Civil

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE CRATEUS

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO

KAYRO CHRYSOSTOMO CAVALCANTE - MAT.: 300782-1-7



REGIONAL DE CRATEUS

Pág. 1 de 2

Impresso em: 20/12/2017 10:32:37



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE CRATEUS



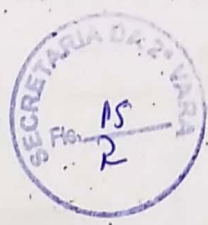
BOLETIM DE Ocorrência Nº 445 - 5108 / 2017

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

Israel Gomes Veras

VISTO DO DELEGADO(A):

ANA PAULA ALVES SCOTTI - MAT.: 300817-1-4



MANUELA ARAUJO VILAS

Israel Gomes Veras



para os devidos efeitos, a presente
reprográfrica do documento que me foi
entregado em Cartório pela parte interessada.

22 DEZ. 2017

de Verdade:
☒ *Dele. Sivanira Borges Cavalcante-Oficiária*
☐ *Dele. Sivanira Borges Cavalcante-Substituta*
Assinatura do Cartório com SELO DE AUTENTICIDADE

CARTÓRIO CAVALCANTE
3º Ofício Registro de Imóveis
Valbete Cardozo B. Pimentel
Escrevente Autorizada



Guia de atendimento - EMERGENCIA

DADOS DO PACIENTE

Prontuário 128519	Atendimento 0001	Nome do Paciente MANOEL ARAUJO VERAS	CNS	Guia de Autorização
Documento(s) Ignorado:	Estado Civil Solteiro(a)	Sexo Masculino		
Data do Nascimento 20/01/1974	Local CRATEUS/CE	Idade 43 Ano(s)		
Pai FRANCISCO FRANCOAR VERAS	Mãe ROSA MARIA ARAUJO VERAS			
Endereço CAMPO ASSENTAMENTO LIBERDADE, SN	Bairro ZONA RURAL	CEP 63700-000	Município CRATEUS	UF CE
Profissão	Empresa	Cônjuge		
Responsável MANOEL ARAUJO VERAS	CPF do Responsável	Endereço CAMPO ASSENTAMENTO LIBERDADE, SN	Município CRATEUS	UF CE

DADOS DO ATENDIMENTO

Data Atendimento 21/10/2017	Hora 22:24	Convênio SUS	Matrícula	CID
Profissional do Atendimento JOAO VICTOR LEITAO MELO	CRM/UF 15482/CE	Tipo Atendimento CONSULTA COM PROCEDIMENTO		
Indicador de Acidente Trânsito	Funcionário SILVANA VIEIRA DE OLIVEIRA			
Observação				
Sala	Data/Hora Liberação / / às hs.	Tipo de Saída () Alta () Internação () Óbito		
Sinais Vitais				
Peso (kg)	Altura (cm)	T (°C)	P (bpm)	R (mpm)
				PA (mmHg)

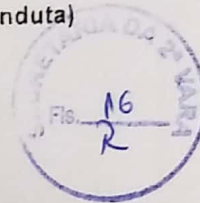
Motivo do Atendimento e Sumário de Atendimento (Histórico, Diagnóstico, Exames Solicitados e Conduta)

Apresenta quadro de melo

Erige-se em melo

Co. limpo + anelido.

Voluntariedade de Aus. m. Abena 22:40



Ante o Médico Serviço
de Emergência
CONEC 15/10/2017

10/10/2017

15:482

João Victor
Médico
CRM: 15482

JOAO VICTOR LEITAO MELO - CRM: 15482

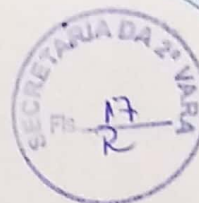
Assinatura Paciente/Responsável
Responsável: MANOEL ARAUJO VERAS



Dr. Kleiber
S. Cáceres Morales
CRM 12959

RELATORIO MEDICO

Atesto para fins do seguro DPVAT, que **Manoel Araújo Veras**, RG:2197082-91/SSP/CE, com relato de ter se envolvido em acidente de trânsito, no dia 21 de outubro de 2017, no município de Crateús – CE., com necessidade inicial de atendimento no Hospital municipal de Crateús – CE.



- Com diagnóstico inicial de trauma no membro inferior esquerdo.
- Seguindo tratamento conservador.

Com base ao exame clínico pode-se afirmar que o Autor encontra-se em alta definitiva na data de hoje e apresenta dano anatômico ou funcional permanente, evidenciando-se as seguintes limitações físicas irreparáveis:

- Refere dor e dificuldade para a movimentação do membro inferior esquerdo.
- Apresenta limitação funcional para a extensão total do joelho esquerdo por possível lesão ligamentar.

Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009, procedo a correlacionar as graduações percentuais então compatíveis aos danos apurados, respectivamente a cada segmento corporal acometido, apurando de modo global ou setorial.

1ª Lesão – Região corporal (seqüela): Joelho esquerdo.

Marque o percentual: () 10% residual () 25% leve (x) 50% médio () 75% intensa () 100% completa.

Atenciosamente,

Dr. Kleiber S. Cáceres Morales
MÉDICO
CRM-CE 12959

Crateús, 27 de julho de 2018.

kleibercm@hotmail.com
Caixa Postal. 09 - CEP: 63.700-970
Crateús - Ceará

Rio de Janeiro, 03 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: **MANOEL ARAUJO VERAS**

Nº Sinistro: **3180400810**

Vítima: **MANOEL ARAUJO VERAS**

Data do Acidente: **21/10/2017**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador **DANILO GOMES ARTUR**

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180400810**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **21/10/2017**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00825/00826 - carta_04 - INVALIDEZ

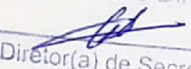
00060413



Carta nº 13438792

CONCLUSÃO

Aos 08/03/19, faço estes autos con-
clusos ao M. M. Juiz de Direito da 2ª. Vara


Diretor(a) de Secretaria

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA

MANOEL ASSIS VIEIRA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crateús

2ª Vara da Comarca de Crateús

Rua João Gomes de Freitas, s/n., Fátima II - CEP 63100-000, Fone: (88) 3692-3653, Crateus-CE - E-mail: crateus.2@tjce.jus.br



DESPACHO

Processo nº: 0001781-38.2019.8.06.0070
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Seguro
Requerente: Manoel Araujo Veras
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT

Defiro a gratuidade da Justiça.

Inclua-se em mutirão DPVAT.

Crateus, 11 de março de 2019.

Bruno dos Anjos
Juiz

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

² Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



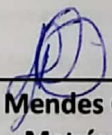
**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CRATEÚS
FÓRUM DES. JOSÉ OLAVO DE RODRIGUES FROTA
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA**

CERTIDÃO

Tendo em vista a Portaria nº. 02/2019 do CEJUSC da Comarca de Crateús-CE, que regulamenta o 4º Mutirão de Avaliação Médica e Conciliação de Ações relativas ao Seguro DPVAT da Comarca de Crateús/CE, CERTIFICO que foi designada a realização da perícia e sessão conciliatória para o dia 26/08/2019 às 08 : 00 hrs, na Sala do(a) Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Crateús-CE.

O referido é verdade, dou fé.

Crateús, 08 de julho de 2019.



Juliana Mendes Coimbra
Servidora – Matrícula 22.675

por Dano Moral - REQUERENTE: RAIMUNDA ROSA DA SILVA - R. hoje, Adoto o rito do Juizado Especial para o processamento desta ação, previsto na Lei nº 9099/95. Defiro o pedido de justiça gratuita, à vista do declarado estado de pobreza da parte autora. Designo a data de 26 de julho de 2019, às 09h10min, para realização da audiência de conciliação. Cite-se a parte acionada, cientificando-a que deverá apresentar contestação na audiência de Conciliação, em razão da possibilidade de julgamento antecipado da lide. Intime-se o advogado(a) da parte autora para comparecer ao ato acompanhado do(a) requerente. Coreau (CE), 06 de junho de 2019. GUIDO DE FREITAS BEZERRA Juiz de Direito

ADV: JOSE MARDEN DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 19808/CE), ADV: FRANCISCA DANIELA MOREIRA FONTENELE (OAB 38688/CE) - Processo 0001103-60.2018.8.06.0069 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Nonato Pereira - R. hoje, Adoto o rito do Juizado Especial para o processamento desta ação, previsto na Lei nº 9099/95. Defiro o pedido de justiça gratuita, à vista do declarado estado de pobreza da parte autora. Designo a data de 22 de julho de 2019, às 11h50min, para realização da audiência de conciliação. Cite-se a parte acionada, cientificando-a que deverá apresentar contestação na audiência de Conciliação, em razão da possibilidade de julgamento antecipado da lide. Intime-se o advogado(a) da parte autora para comparecer ao ato acompanhado do(a) requerente. Coreau (CE), 04 de junho de 2019. GUIDO DE FREITAS BEZERRA Juiz de Direito

COMARCA DE CRATEÚS - 2ª VARA DA COMARCA DE CRATEÚS

JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CRATEÚS

JUIZ(A) DE DIREITO BRUNO DOS ANJOS

DIRETOR(A) DE SECRETARIA GERIANY LIMA MONTE

INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0227/2019

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0001781-38.2019.8.06.0070 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Manoel Araujo Veras - Fica-se, pois, a parte requerente devidamente intimada através de seu advogado para comparecer(em) à PERÍCIA, seguida de AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, ambas no dia 26/08/2019 às 08hrs:00min, a serem feitas na Sala do(a) Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Crateús, tendo em vista a realização do 4º MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO SEGURO DPVAT DA COMARCA DE CRATEÚS/CE, bem como da nomeação do Dr. Francisco José Fota Prado Filho, CREMEC nº. 13.246, como perito a atuar no referido mutirão. Ressalva-se, conforme art. 5º, § 2º, da Portaria nº. 02/2019 -CEJUSC/Crateús-CE, que ambas as partes deverão ser informadas acerca da faculdade de apresentar os quesitos complementares e de indicar assistentes técnicos até o momento do exame pericial, caso não lhes tenha sido oportunizada a realização de tais providências. Crateús, 04 de julho de 2019.

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0001891-37.2019.8.06.0070 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: ANTONIA REGILANE RIBEIRO - Fica-se, pois, a parte requerente devidamente intimada através de seu advogado para comparecer(em) à PERÍCIA, seguida de AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, ambas no dia 26/08/2019 às 08hrs:00min, a serem feitas na Sala do(a) Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Crateús, tendo em vista a realização do 4º MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO SEGURO DPVAT DA COMARCA DE CRATEÚS/CE, bem como da nomeação do Dr. Francisco José Fota Prado Filho, CREMEC nº. 13.246, como perito a atuar no referido mutirão. Ressalva-se, conforme art. 5º, § 2º, da Portaria nº. 02/2019 -CEJUSC/Crateús-CE, que ambas as partes deverão ser informadas acerca da faculdade de apresentar os quesitos complementares e de indicar assistentes técnicos até o momento do exame pericial, caso não lhes tenha sido oportunizada a realização de tais providências. Crateús, 04 de julho de 2019.

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0002039-48.2019.8.06.0070 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Julio de Maria Lima Soares - Fica-se, pois, a parte requerente devidamente intimada através de seu advogado para comparecer(em) à PERÍCIA, seguida de AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, ambas no dia 26/08/2019 às 08hrs:00min, a serem feitas na Sala do(a) Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Crateús, tendo em vista a realização do 4º MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO SEGURO DPVAT DA COMARCA DE CRATEÚS/CE, bem como da nomeação do Dr. Francisco José Fota Prado Filho, CREMEC nº. 13.246, como perito a atuar no referido mutirão. Ressalva-se, conforme art. 5º, § 2º, da Portaria nº. 02/2019 -CEJUSC/Crateús-CE, que ambas as partes deverão ser informadas acerca da faculdade de apresentar os quesitos complementares e de indicar assistentes técnicos até o momento do exame pericial, caso não lhes tenha sido oportunizada a realização de tais providências. Crateús, 04 de julho de 2019.

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0002041-18.2019.8.06.0070 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: JOSE ALVES DE MORAES - Fica-se, pois, a parte requerente devidamente intimada através de seu advogado para comparecer(em) à PERÍCIA, seguida de AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, ambas no dia 26/08/2019 às 08hrs:00min, a serem feitas na Sala do(a) Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Crateús, tendo em vista a realização do 4º MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO SEGURO DPVAT DA COMARCA DE CRATEÚS/CE, bem como da nomeação do Dr. Francisco José Fota Prado Filho, CREMEC nº. 13.246, como perito a atuar no referido mutirão. Ressalva-se, conforme art. 5º, § 2º, da Portaria nº. 02/2019 -CEJUSC/Crateús-CE, que ambas as partes deverão ser informadas acerca da faculdade de apresentar os quesitos complementares e de indicar assistentes técnicos até o momento do exame pericial, caso não lhes tenha sido oportunizada a realização de tais providências. Crateús, 04 de julho de 2019.

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0002291-51.2019.8.06.0070 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: ANTONIO GONÇALO CARLOS DE MELO - Fica-se, pois, a parte requerente devidamente intimada através de seu advogado para comparecer(em) à PERÍCIA, seguida de AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, ambas no dia 26/08/2019 às 08hrs:00min, a serem feitas na Sala do(a) Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Crateús, tendo em vista a realização do 4º MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO SEGURO DPVAT DA COMARCA DE CRATEÚS/CE, bem como da nomeação do Dr. Francisco José Fota Prado Filho, CREMEC nº. 13.246, como perito a atuar no referido mutirão. Ressalva-se, conforme art. 5º, § 2º, da Portaria nº. 02/2019 -CEJUSC/Crateús-CE, que ambas as partes deverão ser informadas acerca da faculdade de apresentar os quesitos complementares e de indicar assistentes técnicos até o momento do exame pericial, caso não lhes tenha sido oportunizada a realização de tais providências. Crateús,

EXPEDIÇÃO

Em cumprimento ao despacho retir
foi expedido 1 carta de citação,
1 mand. de intimação.
Gratuito (Ce.) 08/07/19

Diretor(a) de Secretaria

REMESSA

Aos 09/07/19 faço remessa
mand. de intim. à loman.
Mirsei

Diretor(a) de Secretaria

JUNTADA

Aos 09/07/19 faço juntada
da carta que
segue.
Mirsei

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crateús

2ª Vara da Comarca de Crateús

Rua Jonas Gomes de Freitas, s/n., Campo Velho - CEP 63701-235, Fone: (88) 3692-3653, Crateus-CE - E-mail: crateus.2@tjce.jus.brCrateús

VÁLIDO SOMENTE COM O
SELO DE AUTENTICIDADE

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO (Art. 334, CPC) AE 3679 023

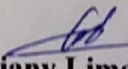
Processo nº: 0001781-38.2019.8.06.0070
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Seguro
Requerente: Manoel Araujo Veras
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT



Prezado(a) Senhor(a) **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do(a) Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Crateús/CE, conforme disposto no artigo 334 do Código de Processo Civil, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria, por meio de seu representante legal, para que tome(m) conhecimento da petição inicial, cuja cópia segue anexa, e **INTIMAÇÃO** para comparecer(em) à **PERÍCIA**, seguida de **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**, ambas no dia **26/08/2019 às 08hrs:00min**, a serem feitas na Sala do(a) Tribunal do Júri, no Fórum da Comarca de Crateús, endereço no cabeçalho, tendo em vista a realização do **4º MUTIRÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA E CONCILIAÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO SEGURO DPVAT DA COMARCA DE CRATEÚS/CE**, bem como da nomeação do Dr. Francisco José Fota Prado Filho, CREMEC nº. 13.246, como perito a atuar no referido mutirão. Ressalva-se, conforme art. 5º, § 2º, da Portaria nº. 02/2019 - CEJUSC/Crateús-CE, que "ambas as partes deverão ser informadas acerca da faculdade de apresentar os quesitos complementares e de indicar assistentes técnicos até o momento do exame pericial, caso não lhes tenha sido oportunizada a realização de tais providências."

Crateus/CE, 08 de julho de 2019.


Geriany Lima Monte
Supervisora de Secretaria
Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a).
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT
Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º Andar, Centro, N/I
Rio De Janeiro-RJ
CEP 20031-205

¹ De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

² Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.